

TRAJETÓRIA ESCOLAR

APOIO AO PROFESSOR



VISÃO CLARA DO DESENVOLVIMENTO



SUBSÍDIO À TOMADA DE DECISÃO



[TIPO DE AVALIAÇÃO]

★ CATEGORIZAR AS DECISÕES

★ ANTES, DURANTE E FINAL.

★ NATUREZA COGNITIVA OU EMOCIONAL.

[DECISÕES]

QUE ORIENTAM A AVALIAÇÃO DA

APRENDIZAGEM

[AVALIAÇÕES]
NECESSÁRIAS

★ ANTES

■ DIAGNÓSTICOS, RENDIMENTOS E PERFIL ANTERIORES, COMO ELEMENTO DE APOIO.

★ DURANTE

■ EXECUÇÃO, QUESTÕES, CORREÇÕES, REVISÕES, ETC...

★ FINAL

■ SÍNTESE DO PERCURSO



FREIRE 2006

O PROFESSOR PRECISA TER SENSIBILIDADE PARA IDENTIFICAR ELEMENTOS

DECISÕES QUE ORIENTAM A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Clarilza Prado de Souza
Romilda Teodora Ens

A avaliação da aprendizagem é um processo de apoio ao professor, principalmente em sua tarefa de educar em sala de aula e na escola. Nesse sentido, é compreendida como uma possibilidade de oferecer, ao estudante e aos pais, uma visão clara do desenvolvimento escolar do aluno, de suas dificuldades e facilidades e ainda do que fazer para melhorar seu desempenho. Sua principal função é, portanto, a de subsidiar a tomada de decisões educativas na escola.

No entanto, a avaliação muitas vezes não é compreendida dessa forma. Quando não é percebida como parte de um processo contínuo de ensino, frequentemente é considerada como uma atividade punitiva. Ao contrário, quando a avaliação está integrada ao processo de ensino/aprendizagem, perde essa característica ameaçadora e oferece orientações seguras para o desenvolvimento das atividades docentes e permite ao aluno compreender seu percurso escolar.

Reafirmando que o objetivo da avaliação é oferecer elementos para a tomada de decisões do professor e do aluno durante toda a trajetória escolar, o presente texto analisa as decisões que estão envolvidas na escola e discute as possibilidades da avaliação para subsidiar a tarefa do professor. Assim, a perspectiva que tomamos para examinar essas decisões é a de que a avaliação é um processo cujos resultados permitem ao professor uma reflexão sobre sua prática e o impede de agir inconscientemente. Posicionamo-nos entre aqueles que percebem a dimensão transformadora das práticas educativas, no sentido postulado por Luckesi:

[...] Um educador, que se preocupe com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconscientemente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá estar marcado

por uma decisão e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação. (2011, p. 93).

DECISÕES DO PROFESSOR E TIPO DE AVALIAÇÃO

Uma forma simples de categorizar as decisões que o professor toma na escola ou na sala de aula é relacioná-las às principais etapas do processo educativo no qual devem ser tomadas.

Podemos, assim, sugerir que as principais decisões do professor ocorrem:

- antes do processo de ensino – quando o professor define o que ensinar e como ensinar. Nesse momento de sua tarefa educativa ele decide sobre objetivos, conteúdos, habilidades, estratégias de ensino e como irá avaliar seus alunos. Essas decisões ocorrem geralmente no momento do processo de planejamento, sejam as que ocorrem no início, sejam as que acontecem ao longo do semestre/ano, mas de toda forma são as decisões sobre o que e como ensinar. Para tal, exigem formas de avaliação que permitam subsidiar as decisões de um plano de ensino;
- durante o desenvolvimento do ensino – quando o professor verifica como o aluno está aprendendo o que foi ensinado, identifica o que não anda bem e o que vai bem com seus alunos. Nesse momento, que pode ocorrer durante a aula, depois de um dia de aula, no final do mês, durante a semana ou no final do bimestre, exige-se um processo avaliativo que apoie mais efetivamente as decisões do professor. É durante as atividades cotidianas do professor que a trajetória escolar do aluno se dilui, e, muitas vezes, perde o foco dos objetivos finais, das possibilidades de correção e de como atuar;
- final de um semestre ou no final do ano letivo – momento no qual o professor decide se aprova ou não o aluno, talvez o de maior angústia e resistência do docente. Muitos até podem pensar que o professor realiza essa atividade com tranquilidade, com o intuito de punir e premiar seus alunos. Engana-se quem assim vê e percebe o professor. Esses momentos exigem um processo avaliativo mais claro e compartilhado, que permita ao professor tomar essas decisões sem se sentir culpado pelo trabalho realizado durante todo um semestre ou um ano.

A categorização das decisões em relação aos processos do percurso escolar, embora simples, não abrange todas as decisões requeridas dos professores. Outro tipo de decisão a ser tomada no processo de avaliação pelos professores está relacionada à natureza das aprendizagens a serem avaliadas, ou seja, às aprendizagens cognitivas ou afetivas/emocionais. Embora a divisão de aprendizagens em cognitivas e afetivo/emocionais seja um pouco artificial, visto serem integradas, é importante o professor observar a influência dessas dimensões afetivas e cognitivas no processo de aprendizagem do aluno, bem como considerar o quanto suas decisões em sala de aula se referem mais a uma do que a outra.

Deixando mais claro, ao tomar uma decisão consciente rumo à transformação, o professor precisa ter sensibilidade para identificar os diferentes elementos que estão interferindo na aprendizagem do

aluno. Tanto os cognitivos, relacionados aos pré-requisitos, por exemplo, quanto a outros, tantos relacionados às dimensões afetivas como à autoestima do estudante e de tantas outras variáveis que podem comprometer a aprendizagem do aluno e seu trabalho. São decisões importantes e difíceis a tomar em ambos os casos (cognitivos e afetivo/emocionais), mas que o professor precisa tomar para garantir o desenvolvimento do aluno.

Enfim, podemos dizer que a análise das decisões a serem tomadas, é o primeiro passo para o desenvolvimento de um processo avaliativo, que realmente apoie e direcione a atuação do professor e do aluno, no sentido de levá-lo a tomar as decisões acertadas, que favoreçam a aprendizagem do aluno.

DECISÕES DO PROFESSOR E AVALIAÇÕES NECESSÁRIAS

Apresentamos as decisões a serem tomadas pelo professor, indicando como dependem de cada momento, do percurso educativo do aluno ou do percurso escolar. Discutiremos agora as questões básicas presentes em cada um dos momentos apresentados.

Antes do processo de ensino

Durante o planejamento, as decisões que o professor toma definem como suas atividades de ensino serão conduzidas. Nesse momento, as questões que surgem e sobre as quais o professor precisa obter informações avaliativas, às quais são de tipo diagnóstico, são basicamente as seguintes:

- Quais são as características dos alunos que terei na minha classe neste ano, neste semestre?
- De que informações avaliativas a escola dispõe sobre o desempenho desses alunos nos anos anteriores?
- Quais são os objetivos que estão previstos para esse nível de ensino?
- Quais são as adaptações que devo realizar para essa classe?

É muito difícil elaborar um plano de ensino às cegas, isto é, sem informações que nos permitam tomar decisões que possibilitem a construção de um plano adequado à classe, com a qual será construída uma trajetória de aprendizagem. Por isso, a avaliação das características dos alunos é uma tarefa imprescindível a ser requerida pela/na escola, coordenada pela equipe de gestão escolar. Para tal, no final de cada ano/semestre a escola precisa sistematizar as informações dos estudantes relativas ao seu nível cultural, a suas principais dificuldades e facilidades, a seus interesses etc., com vistas a dispô-las para os professores do ano/semestre seguinte. As escolas contam, também, com os resultados de Avaliações de Larga Escala¹, as quais precisam ser utilizadas para o primeiro momento da tomada

de decisão do professor. É fundamental, pois, que o professor obtenha um perfil do rendimento dos alunos nessas avaliações, pois quando desenhado de forma objetiva e bem estruturado, tal perfil pode ser mais um elemento de apoio à equipe da escola. O trabalho coletivo e colaborativo da equipe escolar permitirá ao professor tomar decisões sobre seu plano de ensino pautando-se em informações importantes para a condução dos processos ensino/aprendizagem.

Exemplo de avaliação que subsidia esse momento de tomada de decisão pode ser observado na Educação Infantil, quando a sistematização de resultados avaliativos por meio de portfólios² é apresentada aos professores dos alunos seguintes. Quando bem organizados, esses portfólios caminham com as crianças no seu percurso escolar, de um ano para outro. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio tal prática não tem sido utilizada ou foi abandonada na maioria das escolas. Gostaríamos de ressaltar que não defendemos aqui a necessidade de realizar portfólios desses alunos; o que pretendemos enfatizar é o fato de ser fundamental que os professores, ao realizarem seus planos de ensino, antes de iniciar suas atividades com os alunos, contem com informações avaliativas sobre estes que lhes permitam organizar sua proposta de trabalho com mais segurança.

As informações avaliativas que um professor prepara para o outro e que precisam ser organizadas pela equipe escolar para a fase de programação do ensino, de planejamento do ano escolar, expressam o compromisso com a qualidade das aprendizagens que se pretende desenvolver, além de promoverem uma cooperação entre os professores ancorada na valorização do aluno e em suas possibilidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, é importante que esse processo se mostre crítico para que representações de professores sobre os alunos não se sobreponham aos dados sobre estes nem orientem decisões que possam comprometer o futuro desempenho dos alunos. Desse modo, não se permitirá que alunos modifiquem seu desempenho nem que os alunos sejam vistos sempre com a mesma lente, sem lhes possibilitar nenhum grau de liberdade. É nesse momento que a equipe de gestão (coordenadores pedagógicos e diretores), como mediadora do processo de análise das informações avaliativas e da tomada de decisões, poderá contribuir significativamente, tornando esse processo de cooperação um momento de formação continuada dos professores.

Cabe, por conseguinte, à equipe da escola registrar, analisar e disponibilizar essas informações e, enfim, sistematizá-las sem viés, para que no momento de planejamento o professor possa fazer adaptações de seu plano de ensino, tomando assim decisões que conduzam ao sucesso de seu ensino, isto é, à melhoria da aprendizagem de toda a classe.

As informações avaliativas dos alunos são uma parte das informações de que os professores precisam para tomar decisões. A outra, igualmente importante, se refere às orientações definidas pelo Plano Político-Pedagógico (PPP) da escola e pela programação dos conteúdos das disciplinas estabelecidos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelas Secretarias de Educação do Estado ou Município.

Com base nos dados-síntese das informações, no registro avaliativo dos alunos, na programação oficial da escola (PPP) e na Base Curricular Nacional Comum³ (BCNC), o professor precisa fazer

a adaptação ou os ajustes que lhe permitam atender as possibilidades dos alunos que irá receber naquele ano.

Esse processo de ajuste, de articulação, é fundamental, visto ser uma das tarefas do professor definir trajetórias curriculares para seus alunos, considerando a BCNC, o desempenho destes, suas dificuldades e facilidades, enfim, seus perfis e o contexto sociocultural que define cada grupo/classe em determinado ano escolar.

Esse momento do processo educativo é rico em possibilidades e permite ao professor organizar também sua expectativa de aprendizagem em relação os alunos para o semestre ou para todo ano. Exige criatividade do professor, mas lhe traz entusiasmo, pois é o momento em que equaciona suas possibilidades de renovação, de profissionalidade e afirma sua identidade profissional.

Durante o desenvolvimento do ensino

Esse momento da trajetória escolar se realiza durante o semestre ou todo o ano e se refere à execução do curso do professor.

Muitas decisões são exigidas do professor nesse período, algumas delas impulsionadas por questões como:

- O aluno está aprendendo?
- O que o aluno está aprendendo?
- O aluno alcançou os objetivos propostos no plano de ensino?
- Sei as dificuldades que o aluno está enfrentando?
- O aluno tem os pré-requisitos necessários para aprender o que está sendo exigindo dele?
- Qual a cultura geral de meus alunos e como suas dificuldades podem ser superadas atuando mais sobre esses pré-requisitos?
- Como está a autoestima do aluno? Até que ponto suas dificuldades estão afetando sua visão de si mesmo? Como atuar frente às dificuldades afetivas dos alunos?

Essas questões exigem do professor medidas de diferentes tipos para que ele possa organizar, propor e realizar uma avaliação adequada. Por meio das respostas a essas questões, os professores podem coletar informações em provas, seminários, roteiros de observação etc. Nesse sentido, é importante que eles busquem elementos que os permitam decidir, evitando assim o caminho da suposição, da ilação, sem contar com o respaldo de dados. A complexidade desse momento nos leva a questionar:

- Que tipo de avaliação atende a essas necessidades do professor?
- Que tipos de medida são necessárias?
- Como buscar essas informações de forma confiável?

O professor compromissado com sua tarefa não hesita em buscar informações e elementos que lhes permitam agir com vistas a atender as necessidades de cada aluno. Quando assim se posiciona, o professor não só contribui para a valorização de seus fazeres profissionais, como também valoriza sua função, aspectos esses que o distinguem profissionalmente e como cidadão que se pauta por valores de respeito com o outro – o aluno.

A avaliação que se exige nesse momento do ensino é qualificada como formativa⁴, porque permite ao professor fazer pequenas correções, revisões e modificações durante o processo de ensino. Por ser uma avaliação que capta os processos de desenvolvimento da aprendizagem do aluno, as decisões dessa fase não podem comprometer a trajetória escolar do aluno, o que implica dizer que não poderão definir se o aluno será reprovado ou não. Pelo contrário, essa avaliação orienta decisões visando modificar o ensino, retomar processos, (re)fazer tarefas e não subsidia decisões do tipo ‘passa ou não passa’, ‘poderá seguir ou não em sua trajetória escolar’.

Muitas vezes, o professor utiliza procedimentos tradicionais e provas escritas como recursos básicos para analisar a aprendizagem de seus alunos. Não criticamos os métodos tradicionais de avaliação com a intenção de propor novidades metodológicas. Destacamos, sim, o fato de que, ao utilizar procedimentos de avaliação durante muito tempo, sem questionar seus objetivos e finalidades, corre-se o risco de perder o sentido do ‘processo’ avaliativo.

Segundo Luckesi, para realizar a avaliação da aprendizagem na escola

[...] não necessitamos abandonar os instrumentos [...] [procedimentos] que já viemos utilizando em nossa experiência. O que necessitamos é usá-los na perspectiva da avaliação e não do exame. O que distingue a avaliação dos exames não são os instrumentos, mas sim a postura na sua construção e nos seus usos. (2005, p. 109).

Ao final de um processo de ensino

É o momento em que o professor deve tomar decisões que sintetizem todo o percurso escolar do aluno naquele ano ou semestre.

Embora sejam decisões de natureza somativa, a respeito de questões do tipo ‘continuar ou não um ano escolar’, por exemplo, não devem ser interpretadas como punitivas nem permitirem que se vá além de uma ação pedagógica, o que pode implicar até na reprovação do aluno. Isto é, não devem ter consequências que condenem a uma interrupção definitiva da trajetória escolar do aluno, que o expulsem da escola ou provoquem a evasão escolar. Nesse sentido, são decisões que um professor não pode tomar sozinho. De acordo com a organização da escola, ele deverá contar com um conselho de classe, formado por representante de alunos, de outros professores e da equipe de gestão da escola. Reprovar um aluno é uma decisão da escola e nunca de um só professor. A escola afirma, frente ao aluno, sua falta de condições de ‘educá-lo’, de fazê-lo progredir, quando decide retê-lo em sua trajetória escolar e fazê-lo entender que pode/deve fazer uma nova tentativa no próximo ano letivo.

A culpabilização do aluno por suas dificuldades de aprendizagem é uma forma de a escola não se comprometer com o processo educacional. Assim, a escola precisa dimensionar o ensino que

oferece, desde o momento do planejamento, com base nas condições de que dispõe e das que lhe serão oferecidas, de acordo com o nível de habilidade dos alunos, dadas as possibilidades de o professor atuar considerando o curso que irá desenvolver, bem como o grupo de alunos que ela se propôs a educar.

Da mesma forma, o fato de a Secretaria de Educação ou os órgãos de coordenação central do sistema de ensino responsabilizarem somente o professor ou a escola pelo baixo desempenho de seus alunos, sem considerarem as condições de que esta dispõe, é claramente uma face do descompromisso desses órgãos públicos com a educação.

Não defendemos, aqui, que sejam diminuídas as exigências do ensino, ou que não devam buscar melhores desempenhos, mas afirmamos ser necessária a responsabilidade de cada um e de todos pelo desempenho de cada um e de todos os alunos. A questão é que o compromisso educacional é de todos e de cada um dos alunos, não é genérica, no grupo que atua na escola e/ou classe. Estamos querendo enfatizar que a responsabilidade daqueles que decidem se dá frente a cada um dos alunos. O processo de planejamento, as decisões de política educacionais feitas para uma nação e para toda a população levam à proposição de objetivos amplos. Porém, para que estes sejam alcançados na prática educativa para sujeitos concretos, para considerá-las como boas políticas e boas práticas⁵ no cotidiano, é preciso considerar cada sujeito envolvido no processo ensino/aprendizagem.

Sobre esse aspecto, destaca Tedesco⁶:

A experiência da última década de reformas educacionais também nos permitiu perceber que reformas institucionais são necessárias, mas não suficientes para quebrar os determinismos sociais e culturais dos resultados da aprendizagem. Estudos a esse respeito mostram que a efetividade da ação escolar é geralmente associada a um número de insumos, dentre os quais se destacam o conhecimento que os professores têm do seu objeto, a disponibilidade de textos, o tempo gasto na aprendizagem, alimentando os estudantes, o tamanho da escola, a infraestrutura da escola etc. Mas, embora haja consenso em reconhecer a importância desses fatores, também é reconhecido que intervir neles não modifica automaticamente o que acontece na sala de aula, na relação entre o professor e os alunos. [...] [há a] necessidade de introduzir outras variáveis tanto na análise quanto nas estratégias de intervenção política. A hipótese de trabalho é que queremos analisar e argumentar que – embora reconhecendo a importância de melhorar a aprendizagem insumos materiais – é essencial prestar atenção à dimensão subjetiva dos atores do processo pedagógico. (2004, p. 566-567, tradução nossa).

Há, no entanto, a necessidade de fazermos um reserva em relação a esse momento avaliativo, pois se trata de uma etapa que acaba agudizando processos e repetindo procedimentos que vêm sendo realizados durante todo o ano. Na verdade, a tradição de se valorizar mais esse momento torna mais visíveis seus defeitos e dificuldades. Mais ainda são os efeitos das decisões desse momento avaliativo que o torna merecedor de cuidado especial. No entanto, o professor que respalda suas decisões durante todo o ano/semestre por avaliações sistemáticas e formativas terá melhores condições de tomar decisões pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento do aluno e que não se apoiem em suposições, representações e impressões.

RETOMANDO AS DISCUSSÕES AQUI

PROPOSTAS PARA AFIRMAR A IMPORTÂNCIA DA CONSIDERAÇÃO DO SUJEITO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES

As decisões do processo educativo nos três momentos indicados (antes da ação educativa junto aos alunos, desde o planejamento escolar, durante o desenvolvimento do ensino e no final dessa ação) precisam levar em conta aspectos cognitivos, sociais/culturais e afetivos, e a prática desenvolvida precisa estar neles ancorada, sem deixar de considerar os sujeitos do processo de ensinar e aprender. Dessa forma, tornará possível ao aluno vivenciar um “[...] processo e ato de produção de sentidos e de reconhecimento de si mesmo como protagonista ou participante de tal produção”. (FERNANDÉZ, 2001, p. 90).

A questão da significação subjetiva, aqui proposta como um dos elementos a ser considerado na decisão avaliativa, requer uma discussão mais ampla, como a da valorização da subjetividade dos alunos, a qual se encontra no centro dos debates sobre as novas desigualdades. (TEDESCO, 2004).

A desigualdade presente nas escolas, nas salas de aula, é um fenômeno socioeconômico e cultural, mas, como já evidenciaram Fitoussi e Rosanvallon (1997), as desigualdades são percebidas como fenômeno pessoal, que provocam grande sofrimento nos sujeitos.

Nesse sentido, é preciso levar em conta “[...] as condições objetivas que determinam as condições de ensino e aprendizagem, mas devem-se considerar também as concepções de mundo”, educação e ensino dos diversos profissionais que integram a escola”. (SOUSA, 1986, p. 110, grifo nosso).

Desse modo, a compreensão da subjetividade como dimensão importante para a decisão educativa deve ser considerada para que a avaliação na escola não se reduza a uma perspectiva intimista, equivocada do aluno. Essa compreensão exige que se analisem as relações estabelecidas entre os sujeitos na escola, entre o professor e o aluno, e que se considere o aluno não como um sujeito isolado do e no mundo, mas construído socialmente, assim como o professor, o qual afirma seu profissionalismo nas relações que estabelece com o outro, o aluno e a escola.

As decisões a serem tomadas em processo de avaliação do ensino e da aprendizagem que consideram a subjetividade têm como ponto de partida e de chegada uma profunda confiança nas possibilidades do sujeito, para que possibilitem ao sujeito desenvolver uma narrativa sobre seu desempenho, e lhe permitam tirar lições das respostas a questões como:

- Até que ponto as decisões do professor têm sentido para o aluno? Qual?
- O aluno tem consciência de seu desempenho escolar? Consegue explicitar as razões? E por que delas?
- Entende que isso lhe diz respeito?

As decisões educativas, quando adquirem significado para o aluno, permitem a organização de projetos voltados para a trajetória escolar desse aluno, considerando seu contexto e o escolar. É com esses contornos que uma decisão pode ser partilhada e conduzir o aluno a melhorar seu desempenho. Não se trata, portanto, de reduzir os critérios de avaliação, de abrandar parâmetros, mas de levar o sujeito e o objeto do processo de ensino – o aluno – a assumir corresponsabilidade pela própria educação, avaliando e compreendendo a cada passo o que sabe, o que lhe falta saber e por que está errando. Assim, ele poderá construir e mudar narrativas que constrói ou são construídas por outros sobre sua trajetória escolar, aprendendo a formular e defender criteriosamente seu projeto de vida.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2017, Seção 1, p. 41 a 44. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 ago. 2018.
- FERNANDES, C. de O.; FREITAS, L. C. de. **Currículo e avaliação**. Indagações sobre currículo. MEC, Secretaria de Educação Básica. Brasília. 2008.
- FERNANDÉZ, A. **O saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Tradução de Neusa Kern Hickel. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FITOUSSI, J. P.; ROSANVALLON, P. **La nueva era de las desigualdades**. Buenos Aires: Manantial, 1997.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando práticas. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação da aprendizagem: teoria, legislação e prática no cotidiano de escolas de 1º grau. In: CANHOLATO, M. C. (org.). **A construção do projeto de ensino e a avaliação**. São Paulo: FTE, 1990. (Série Ideias, n. 8).
- TEDESCO, J. C. Igualdad de oportunidades y política educativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, set./dez. 2004.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Trata-se do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007. Em seu cálculo é levado em consideração o Fluxo (que representa a taxa de aprovação dos alunos) e o Aprendizado (a média

padronizada na Prova Brasil, que avalia o aprendizado em Português e Matemática). Para a educação básica pública, a análise é feita por escola, município, estado e país.

- 2 Sobre portfólios, ver BEHRENS, M. A. **Paradigma da complexidade**: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 103-110.
- 3 A Base Curricular Nacional Comum (BCNC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. Nesse documento são estabelecidos conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Informam seus organizadores que esta é orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. A Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, grifo nosso).
- 4 Desenvolver uma avaliação formativa na escola significa realizar um processo avaliativo não fragmentado, não punitivo e orientado por princípios éticos, comprometidos com a transformação social. Essa é uma prática educativa que ao reconhecer o papel da educação nessa transformação prioriza a análise do pensamento crítico do aluno e focaliza sua capacidade de solucionar problemas reais. Contudo, ao realizar uma avaliação formativa o professor não abandona a informação, mas procura utilizar instrumentos cada vez mais precisos e válidos para diagnosticar a aprendizagem dos alunos e assim contar com informações cada vez mais seguras para suas análises e decisões.
- 5 ‘Boas práticas’ são aquelas que o professor considera assertivas para o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos e para a própria aprendizagem. É algo particular a cada professor, pois uma boa prática é definida pela experiência de cada um, pela avaliação que este recebe dos alunos e por sua concepção do que seja aprender e ensinar. Uma boa política se coloca para promover justiça, equidade, respeito, sinceridade, honestidade e lealdade, bem como para construir cidadania, como prática de respeito fundamental da vida, liberdade e dignidade. Ou seja, uma boa política visa ao bem comum.
- 6 Texto original em espanhol: “La experiencia de la última década de reformas educativas también nos ha permitido apreciar que las reformas institucionales son necesarias pero no suficientes para romper los determinismos sociales y culturales de los resultados de aprendizaje. Los estudios al respecto muestran que la efectividad de la acción escolar está generalmente asociada a una serie de insumos, entre los cuales se destacan el conocimiento que el docente tiene de su materia, la disponibilidad de textos, el tiempo dedicado al aprendizaje, la alimentación de los alumnos, el tamaño del colegio, la infraestructura escolar etc. Pero si bien hay consenso en reconocer la importancia de estos factores, también se reconoce que intervenir sobre ellos no modifica automáticamente lo que sucede en la sala de clase, en la relación entre el docente y los alumnos. [...] necesidad de introducir otras variables tanto en el análisis como en las estrategias políticas de intervención. La hipótesis de trabajo que deseamos postular consiste en sostener que – sin dejar de reconocer la importancia de mejorar los insumos materiales del aprendizaje – es fundamental prestar atención a la dimensión subjetiva de los actores del proceso pedagógico”.
- 7 Entendemos por concepção de mundo a leitura que dele fazemos com base em nossas experiências e conhecimentos. Paulo Freire (2006), em seu livro **A importância do ato de ler**, explica como chegamos a uma leitura do mundo ou a uma concepção de mundo que leva o homem a uma compreensão do mundo.